

De acordo com a escola de filosofia Nova Acrópole, os mitos não são mentiras ou ilusões, mas expressões da própria verdade estruturadas em uma linguagem simbólica. Nessa perspectiva, o mito funciona como uma matriz atemporal de sabedoria prática destinada a orientar o desenvolvimento do potencial humano e conferir sentido à história.

O mito de Rômulo e Remo, por exemplo, trata da fundação de Roma. Segundo a narrativa, os gêmeos, filhos do deus Marte, foram lançados ao rio Tibre, mas sobreviveram após serem amamentados por uma loba. Anos mais tarde, durante uma disputa sobre a fundação da nova cidade, Rômulo matou Remo e tornou-se o primeiro rei de Roma.

Saindo da Europa e seguindo para a Ásia, encontramos outro ensinamento igualmente atual. Em A Arte da Guerra, obra escrita há mais de 2.500 anos por Sun Tzu, o general chinês ensina que uma vitória é conquistada ou perdida muito antes do confronto físico. Planejamento, disciplina e controle emocional frequentemente determinam os resultados alcançados.

Embora separados por séculos e culturas distintas, esses dois exemplos convergem para uma mesma ideia: a preparação prévia diante dos desafios inevitáveis da existência. É justamente sob essa perspectiva que proponho uma breve reflexão sobre o sistema de proteção social brasileiro e a importância da consciência previdenciária.

O Brasil possui uma das maiores redes públicas de proteção social do mundo. Em razão de sua abrangência e complexidade operacional, tanto o sistema previdenciário quanto o sistema público de saúde ocupam posição de destaque entre as políticas sociais implementadas em países emergentes.

No caso do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), dados oficiais indicam cobertura para aproximadamente 68,2 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de 67% da população ocupada do país.

Já o Sistema Único de Saúde (SUS), de acesso universal e gratuito, constitui o principal instrumento de assistência à saúde da população brasileira. Estimativas amplamente divulgadas apontam que entre 150 e 180 milhões de brasileiros dependem direta ou indiretamente de seus serviços, o equivalente a aproximadamente 76% da população nacional.

O SUS oferece cobertura integral que vai desde campanhas de vacinação e atenção primária até procedimentos de alta complexidade, realizando cerca de 2,8 bilhões de atendimentos e procedimentos por ano.

Um dos equívocos que podemos cometer atualmente, à semelhança do conflito retratado no mito de Rômulo e Remo, é imaginar que os sistemas público e privado estejam destinados a competir entre si ou que um deles possa substituir integralmente o outro. Em um país de dimensões continentais e profundas desigualdades socioeconômicas, ambos desempenham funções relevantes na proteção da população.

Isso não significa ignorar os desafios existentes. Ao longo das últimas décadas, fatores demográficos, econômicos e institucionais têm imposto crescente pressão sobre os sistemas de saúde e previdência. Diversos estudos produzidos por organismos nacionais e internacionais apontam que o envelhecimento populacional, a redução da taxa de fecundidade e a ampliação da longevidade exigirão ajustes estruturais capazes de assegurar a sustentabilidade desses sistemas no longo prazo. No caso do Brasil, trata-se de uma pauta urgente.

No campo da saúde suplementar, diante de uma população estimada em aproximadamente 212 milhões de habitantes, importa destacar que cerca de 53,3 milhões de brasileiros possuem planos privados de assistência médica, além de aproximadamente 35 milhões de beneficiários de planos exclusivamente odontológicos. Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), isso representa algo próximo de 25% da população brasileira com acesso a algum tipo de cobertura privada de saúde.

Situação semelhante pode ser observada na previdência complementar. De acordo com informações divulgadas pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), aproximadamente 11,2 milhões de pessoas participam de planos de acumulação e de previdência oferecidos majoritariamente pelas seguradoras. Entre esses produtos, o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) permanece como a modalidade mais difundida, seguido pelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e pelos planos tradicionais.

No âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), os chamados fundos de pensão, cerca de 4 milhões de participantes ativos e assistidos encontram-se diretamente vinculados ao sistema. Nos dois casos, não consideramos os dependentes e beneficiários indiretos com o objetivo de evidenciar a necessidade urgente de ampliar a inclusão previdenciária e fortalecer a cultura de planejamento financeiro de longo prazo no país.

Embora os regimes público e privado possuam naturezas jurídicas distintas e não sejam formalmente complementares sob a ótica da legislação previdenciária, ambos contribuem para a construção de uma rede de proteção capaz de proporcionar maior segurança econômica após o encerramento da vida laboral.

Nesse contexto, convido o leitor a realizar um breve exercício.

Imagine dois irmãos gêmeos, Rômulo e Remo. Ambos nasceram no mesmo dia, seguiram carreiras semelhantes durante trinta anos, ocuparam cargos equivalentes e receberam remunerações líquidas mensais em torno de R$ 13 mil. Suas despesas familiares também eram bastante parecidas, consumindo aproximadamente R$ 11,5 mil por mês.

A diferença entre eles decorreu de uma única decisão. A empresa de Rômulo oferecia um plano de previdência complementar de contribuição variável, cuja meta atuarial projetava uma renda equivalente a aproximadamente 80% do salário final, descontado o valor recebido pelo RGPS.

Remo, por sua vez, não aderiu a qualquer mecanismo complementar de acumulação previdenciária.

Ao se aposentarem aos 65 anos, ambos passaram a receber cerca de R$ 6 mil mensais do RGPS. Entretanto, Rômulo também passou a receber o benefício complementar de seu fundo de pensão, alcançando renda total próxima de R$ 10,4 mil mensais.

Naturalmente, trata-se de um exemplo simplificado, que desconsidera variáveis relevantes como rentabilidade dos investimentos, evolução salarial, composição familiar, inflação e regras específicas dos planos previdenciários. Ainda assim, o exercício ilustra como trajetórias profissionais muito semelhantes podem resultar em situações financeiras bastante distintas durante a aposentadoria.

Essa é uma responsabilidade que muitos de nós, consciente ou inconscientemente, acabamos transferindo ao Estado, aos empregadores ou às entidades previdenciárias. Entretanto, especialistas do setor têm alertado para o chamado risco de frustração previdenciária: a possibilidade de que o benefício acumulado ao longo da carreira, somado à renda proveniente do INSS, não seja suficiente para sustentar o padrão de vida imaginado pelo participante. O professor e consultor Daniel Pereira tem sido uma importante voz em nosso sistema acerca desse tema.

Por essa razão, o acompanhamento periódico das reservas acumuladas, das projeções de benefício e das necessidades financeiras futuras deve fazer parte do planejamento individual de longo prazo.

Como ensinava Sun Tzu, as grandes batalhas costumam ser vencidas ou perdidas antes mesmo do confronto. No caso da aposentadoria, a principal batalha ocorre décadas antes de seu início, quando escolhemos — ou não — construir os instrumentos necessários para financiar nossa própria longevidade.

A consciência previdenciária ainda é uma realidade distante para milhões de brasileiros que enfrentam os desafios cotidianos da sobrevivência econômica. Contudo, o envelhecimento populacional avança rapidamente e alcançará, mais cedo ou mais tarde, homens e mulheres de todas as classes sociais.

Você já percebeu a quantidade de pessoas entre 70 e 85 anos que passaram a fazer parte do nosso convívio nos últimos anos? Recentemente, participei da comemoração dos 100 anos da bisavó de minhas filhas. Lúcida, ativa e portadora de uma história admirável, ela emocionou todos os presentes ao agradecer pela homenagem após 4 horas de celebração rumo aos 101 anos.

Esse é o novo retrato do Brasil: uma sociedade que vive mais e que, justamente por viver mais, precisa se preparar melhor para os desafios da longevidade.

Ao longo da caminhada aprendemos que a vida não precisa ser perfeita para ser maravilhosa. Entretanto, planejar o futuro amplia nossa capacidade de enfrentar as incertezas com autonomia, dignidade e tranquilidade.

Como eternizou Erasmo Carlos, em versos interpretados de forma marcante pelos Titãs: “É preciso saber viver”.

E saber viver também significa preparar-se para o amanhã.

*Diretor-Presidente da PrevData

Fonte: Abrapp em Foco, m 16.06.2026